

CÍCERO ROBSON  
COIMBRA NEVES

MANUAL DE  
**DIREITO PROCESSUAL  
PENAL MILITAR**  
volume único

2021

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

**5<sup>a</sup>** | revista  
edição | atualizada  
ampliada



1191139

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Ana Caquetti

**Diagramação:** Ana Paula Lopes Corrêa ([aninha\\_lopescorrea@hotmail.com](mailto:aninha_lopescorrea@hotmail.com))

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 4.ª edição.

M294

Manual de Direito Processual Penal Militar - Volume Único / Cícero Robson Coimbra  
Neves– Salvador: Editora JusPodivm, 2021.  
1232 p. (Manuais - Volume Único)

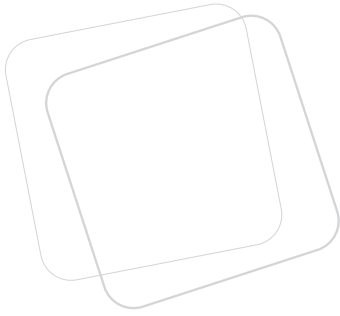
Bibliografia.  
ISBN 978-65-5680-191-9

1. Processo penal militar. 2. Direito militar. I. Neves, Cícero Robson Coimbra. II. Título.

CDU: 341.76

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PRIMEIROS APORTES .....</b>	<b>31</b>
1.1.	Introdução ao capítulo: o Código de Processo Penal Militar.....	31
1.2.	A alteração da Lei de Organização da Justiça Militar da União (Lei n. 13.774/18).....	33
1.2.1.	As principais alterações da Lei n. 13.774/18.....	33
1.2.2.	O questionamento sobre o julgamento de civis pela Justiça Militar da União.....	36
1.2.3.	Compreensão sobre o processamento e julgamento de ex-militares.....	39
1.2.4.	Juízo monocrático para ex-militares e a afronta ao princípio do juiz natural e à segurança jurídica.....	41
1.2.5.	A similar discussão nas Justiças Militares dos Estados e do Distrito Federal .....	43
1.2.6.	A fixação da tese de julgamento de ex-militares pelo escabinato pela via do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	45
1.3.	Constitucionalismo, Estado Democrático de Direito e dignidade da pessoa humana e o processo penal militar .....	47
1.4.	O desenvolvimento do conceito de dignidade da pessoa humana e a vedação à “coisificação” do indivíduo .....	53
1.4.1.	Os povos primitivos.....	54
1.4.2.	Antiguidade.....	54
1.4.3.	Cristianismo.....	57
1.4.4.	Idade Média.....	57
1.4.5.	<i>Magna Charta Libertatum</i> .....	59
1.4.6.	Idade Moderna .....	60
1.4.6.1.	Lei de <i>Habeas Corpus</i> .....	60
1.4.6.2.	<i>Bill of Rights</i> .....	60
1.4.7.	A importante transição para a Idade Contemporânea.....	61
1.4.7.1.	Beccaria e Kant: período humanitário e a “revolução copernicana” na formação da concepção da dignidade da pessoa humana.....	63
1.4.7.2.	Declarações americanas.....	67
1.4.7.3.	Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.....	68

1.4.7.4.	Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	69
1.4.7.5.	A dignidade da pessoa humana na sua compreensão atual e a vinculação ao processo penal militar.....	70
1.5.	Processo penal militar constitucional.....	75
1.6.	Princípio da isonomia como mandamento reitor.....	77
1.7.	Conceito de processo penal militar e a evolução da jurisdição.....	82
1.8.	Processo, procedimento e autos do processo.....	85
<b>2</b>	<b>JURISDIÇÃO .....</b>	<b>87</b>
2.1.	Introdução ao capítulo.....	87
2.2.	Características da jurisdição.....	88
2.2.1.	Substitutividade.....	88
2.2.2.	Escopo de atuação do direito.....	88
2.2.3.	Inércia.....	88
2.2.4.	Imutabilidade.....	89
2.2.5.	Existência de lide.....	89
2.3.	Princípios da jurisdição.....	90
2.3.1.	Investidura.....	90
2.3.2.	Aderência ao jurisdicionado.....	90
2.3.3.	Indelegabilidade.....	91
2.3.4.	Inevitabilidade.....	93
2.3.5.	Inafastabilidade (indeclinabilidade ou <i>non liquet</i> ).....	93
2.3.6.	Juiz natural.....	94
2.4.	Finalidade da jurisdição.....	96
2.5.	Espécies de jurisdição.....	96
<b>3</b>	<b>PROCESSO .....</b>	<b>99</b>
3.1.	Relação jurídica de direito processual.....	99
3.2.	Princípios aplicáveis ao processo penal militar.....	100
3.2.1.	Conflito entre princípios.....	101
3.2.2.	Classificação.....	103
3.2.3.	Princípios expressos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e sua incorporação no ordenamento pátrio.....	104
3.2.4.	Princípios processuais penais militares em espécie.....	106
3.2.4.1.	Humanidade.....	106
3.2.4.2.	Legalidade.....	107
3.2.4.3.	Devido processo legal.....	108
3.2.4.4.	Ampla defesa e contraditório.....	111
3.2.4.5.	<i>Ne bis in idem</i> .....	112
3.2.4.6.	Duplo grau de jurisdição.....	114
3.2.4.7.	Estado de inocência.....	117
3.2.4.8.	<i>Favor rei (in dubio pro reo ou favor innocentiae)</i> .....	123

3.2.4.9.	<i>Nemo tenetur se detegere</i> .....	125
3.2.4.10.	Excepcionalidade da prisão cautelar e duração razoável da prisão cautelar.....	133
3.2.4.11.	Publicidade.....	136
3.2.4.12.	Verdade material.....	137
3.2.4.13.	Inadmissibilidade da prova obtida por meio ilícito.....	138
3.2.4.14.	Economia processual e celeridade processual: princípio da eficiência do processo penal.....	141
3.2.4.15.	Da indisponibilidade.....	144
3.2.4.15.1.	Indisponibilidade da ação penal militar e acordo de não persecução penal.....	145
3.2.4.16.	Oficialidade.....	152
3.2.4.17.	Oficiosidade.....	153
3.2.4.18.	Do impulso oficial.....	153
3.2.4.19.	Juiz natural.....	153
3.2.4.20.	Imparcialidade do juiz.....	155
3.2.4.21.	Da persuasão racional do juiz.....	156
3.2.4.22.	Da motivação das decisões judiciais.....	157
3.2.4.23.	Correlação ( <i>ne eat iudex ultra petita partium</i> ).....	159
3.2.4.24.	Identidade física do juiz.....	159
3.2.4.25.	Ação ou demanda.....	163
3.2.4.26.	Igualdade processual.....	166
3.2.4.27.	Lealdade processual.....	166
3.2.4.28.	Promotor natural.....	168
3.2.4.29.	Intranscendência.....	169
3.2.4.30.	Comunhão da prova.....	170
3.2.4.31.	Razoável duração do processo.....	171
3.3.	Sistemas de processo penal.....	173
3.3.1.	Sistema inquisitivo.....	174
3.3.2.	Sistema acusatório.....	174
3.3.3.	Sistema misto.....	177
3.3.4.	Sistema vigente no processo penal militar brasileiro.....	177
<b>4</b>	<b>APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL MILITAR.....</b>	<b>181</b>
4.1.	Introdução ao capítulo.....	181
4.2.	Prevalência das normas processuais penais previstas em tratados.....	181
4.3.	Aplicação da lei processual penal militar no tempo.....	187
4.4.	Aplicação da lei processual penal militar no espaço.....	189
4.5.	Aplicação da lei processual penal militar em relação às pessoas.....	200
4.5.1.	Imunidade diplomática.....	201
4.5.2.	Imunidades aplicadas aos detentores de mandatos eletivos.....	202
4.5.2.1.	Imunidades aplicadas aos parlamentares.....	203

4.5.2.2.	Imunidades aplicadas aos detentores de mandato eletivo no Poder Executivo.....	215
4.5.2.3.	Efetiva aplicação da lei penal e processual penal militar a ocupantes de cargos eletivos.....	220
4.5.2.4.	Outras situações ensejadoras de foro especial por prerrogativa de função.....	229
4.5.3.	Aplicação da lei penal e processual penal militar em relação aos advogados.....	232
4.6.	Aplicação do Código de Processo Penal Militar aos feitos da Justiça Militar Estadual.....	235
4.7.	Aplicação subsidiária aos processos regulados em leis penais especiais.....	239
<b>5</b>	<b>INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL MILITAR .....</b>	<b>241</b>
5.1.	Interpretação e seu conceito.....	241
5.2.	Espécies de interpretação.....	241
5.2.1.	Quanto à fonte.....	241
5.2.2.	Quanto ao meio utilizado.....	242
5.2.3.	Quanto aos resultados obtidos.....	243
5.3.	Regra interpretativa no Código de Processo Penal Militar.....	244
5.4.	Lacunas na lei processual penal militar: integração da lei processual penal militar.....	244
<b>6</b>	<b>FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR .....</b>	<b>249</b>
6.1.	Conceito de fontes.....	249
6.2.	Espécies de fontes.....	249
6.2.1.	Fonte material ou de produção.....	249
6.2.2.	Fontes formais.....	250
6.2.2.1.	Fonte formal imediata.....	250
6.2.2.2.	Fontes formais mediatas.....	251
<b>7</b>	<b>POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR .....</b>	<b>253</b>
7.1.	Introdução ao capítulo.....	254
7.2.	Instituições militares, Constituição Federal e atividade de polícia.....	255
7.2.1.	As Forças Armadas.....	255
7.2.2.	Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.....	260
7.2.3.	Atividades de polícia conferidas às instituições militares.....	265
7.3.	Conceito de polícia judiciária.....	270
7.4.	Polícia judiciária militar.....	271
7.5.	Atribuição para o exercício da polícia judiciária militar.....	272
7.5.1.	Conflitos de atribuição de polícia judiciária militar.....	283
7.5.2.	Atividades compreendidas pela polícia judiciária militar.....	286
7.5.2.1.	Apurar autoria e materialidade dos crimes militares.....	287
7.5.2.2.	Prestar informações ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.....	292

7.5.2.3.	Cumprir mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar .....	297
7.5.2.4.	Representar pela decretação da prisão preventiva e pelo reconhecimento de insanidade mental do indiciado.....	297
7.5.2.5.	Cumprir determinações e ordens da Justiça Militar sobre presos sob sua guarda e todas as prescrições do CPPM.....	300
7.5.2.6.	Solicitar às autoridades civis informações e medidas necessárias à elucidação dos fatos.....	301
7.5.2.7.	Requisitar da polícia civil e repartições técnicas os exames e pesquisas para instruir a apuração .....	301
7.5.2.8.	Atender pedidos de apresentação de militares à autoridade civil.....	303
7.5.3.	Exercício de polícia judiciária militar e sua vinculação ou não à competência das Justiças Militares.....	303
7.5.4.	Atribuições de polícia judiciária militar atípicas ao CPPM.....	312
7.5.4.1.	Representar pela interceptação das comunicações telefônicas do indiciado .....	312
7.5.4.2.	Representação pela prisão temporária.....	318
7.5.4.3.	Medidas da Lei Maria da Penha.....	320
7.5.4.4.	Medidas da Lei do Crime Organizado.....	325
7.5.4.5.	Medidas da Lei de Proteção de Testemunhas .....	331
7.6.	Procedimentos de polícia judiciária militar .....	335
7.6.1.	Inquérito policial militar.....	335
7.6.1.1.	Conceito.....	335
7.6.1.2.	Finalidade do inquérito policial militar.....	336
7.6.1.3.	Nulidades no inquérito policial militar .....	337
7.6.1.4.	Instauração .....	339
7.6.1.4.1.	Instauração de ofício.....	339
7.6.1.4.2.	Instauração por determinação ou delegação.....	340
7.6.1.4.3.	Instauração por requisição do Ministério Público.....	341
7.6.1.4.4.	Instauração por decisão do Superior Tribunal Militar.....	344
7.6.1.4.5.	Instauração por requerimento do ofendido, de seu representante legal ou por representação do cidadão que conheceu da infração penal militar.....	344
7.6.1.4.6.	Instauração em razão de sindicância.....	346
7.6.1.4.7.	Instauração em razão de prisão em flagrante delito.....	346
7.6.1.4.8.	Instauração de inquérito contra autoridades que possuam foro especial por prerrogativa de função .....	347

7.6.1.4.9.	Não instauração de inquérito policial militar com arrimo no princípio da insignificância.....	349
7.6.1.4.10.	Delação anônima e a instauração de inquérito policial militar.....	356
7.6.1.4.11.	Dever de intimação do suspeito após a instauração .....	359
7.6.1.5.	Encarregado.....	359
7.6.1.6.	Escrivão.....	360
7.6.1.7.	Medidas preliminares ao inquérito policial militar .....	361
7.6.1.7.1.	Dirigir-se ao local, providenciando para que se não alterem o estado e a situação das coisas, enquanto necessário.....	362
7.6.1.7.2.	Apreender os instrumentos e todos os objetos que tenham relação com o fato.....	363
7.6.1.7.3.	Efetuar a prisão do infrator, observado o disposto no art. 244.....	364
7.6.1.7.4.	Colher todas as provas que sirvam para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias .....	364
7.6.1.8.	Avaliação decisória (processo decisório) .....	365
7.6.1.9.	Formação do inquérito policial militar.....	366
7.6.1.10.	Características do inquérito policial militar.....	370
7.6.1.10.1.	Procedimento administrativo instrutório.....	370
7.6.1.10.2.	Procedimento escrito.....	371
7.6.1.10.3.	Procedimento inquisitivo.....	371
7.6.1.10.4.	Procedimento sigiloso .....	379
7.6.1.10.5.	Oficialidade.....	381
7.6.1.10.6.	Oficiosidade.....	382
7.6.1.10.7.	Indisponibilidade.....	382
7.6.1.11.	O novo art. 16-A do CPPM.....	382
7.6.1.12.	Detenção do indiciado pelo encarregado do inquérito policial militar.....	393
7.6.1.12.1.	Arquivamento implícito.....	399
7.6.1.12.2.	Arquivamento indireto.....	401
7.6.1.13.	Arquivamento e desarquivamento do inquérito policial militar .....	408
7.6.1.14.	Assistência de integrante do Ministério Público.....	414
7.6.1.15.	Prazos do inquérito policial militar.....	415
7.6.1.16.	Encerramento do inquérito policial militar.....	416
7.6.1.17.	Espécies de flagrância .....	417
7.6.1.17.1.	Flagrante próprio, impróprio e ficto (ou presumido) .....	417
7.6.1.17.2.	Flagrante obrigatório e facultativo .....	418



	7.6.1.17.3.	Flagrante postergado .....	418
	7.6.1.17.4.	Flagrante forjado .....	419
	7.6.1.17.5.	Flagrante preparado ou provocado .....	419
	7.6.1.17.6.	Flagrante esperado .....	421
7.6.1.18.		Requisitos para que se possa efetuar a prisão em flagrante .....	421
	7.6.1.18.1.	Presença de uma das hipóteses do art. 244 do CPPM .....	421
	7.6.1.18.2.	Presença dos requisitos da prisão preventiva (art. 255 do CPPM).....	421
	7.6.1.18.3.	Cominação de pena de detenção ou de reclusão para o delito em tese praticado...	422
	7.6.1.18.4.	Prova da materialidade da infração penal militar .....	423
	7.6.1.18.5.	Conhecimento do autor do fato .....	423
	7.6.1.18.6.	Detenção física do autor do fato .....	424
	7.6.1.18.7.	Certeza da inexistência de uma causa excludente de ilicitude e de culpabilidade....	426
	7.6.1.18.8.	Não haver vedação legal para a prisão em flagrante delito .....	427
7.6.1.19.		Comparecimento espontâneo.....	428
7.6.1.20.		Relaxamento da prisão pela autoridade de polícia judiciária.....	429
7.6.1.21.		Estrutura do auto de prisão em flagrante delito.....	435
	7.6.1.21.1.	Sequência de atos, documentos e investigações complementares.....	435
	7.6.1.21.2.	Peça inaugural.....	435
	7.6.1.21.3.	Escrivão e a necessidade de termo de compromisso .....	436
	7.6.1.21.4.	Corpo do auto de prisão.....	436
	7.6.1.21.5.	Certidão de garantias constitucionais.....	439
	7.6.1.21.6.	Nota de culpa .....	440
	7.6.1.21.7.	Relatório .....	440
	7.6.1.21.8.	Remessa dos autos .....	441
	7.6.1.21.9.	Entrega do preso .....	447
7.6.2.		Procedimento de deserção (termo de deserção ou instrução provisória de deserção) .....	447
	7.6.2.1.	Disposições gerais.....	448
	7.6.2.1.1.	Requisitos do termo de deserção .....	448
	7.6.2.1.2.	Início da contagem de deserção.....	448
	7.6.2.1.3.	Sujeição do desertor à prisão .....	450
	7.6.2.1.4.	Prazo máximo para a realização da sessão de julgamento .....	457
7.6.2.2.		Deserção de oficial .....	458

7.6.2.3.	Deserção de praça, com ou sem graduação, e praça especial.....	461
7.6.2.4.	Condução coercitiva do ausente.....	464
7.6.2.5.	Prescrição da deserção e a atuação da polícia judiciária militar.....	471
7.6.2.6.	Casos especiais de deserção que exigem diversa compreensão do procedimento.....	472
7.6.3.	Procedimento de insubmissão (termo de insubmissão ou instrução provisória de insubmissão).....	474
7.6.3.1.	Requisitos do termo de insubmissão.....	474
7.6.3.2.	Sujeição do insubmisso à prisão.....	476
7.6.3.3.	Regime de prisão do insubmisso: menagem-prisão.....	477
7.6.3.4.	Prazo máximo para a realização da sessão de julgamento.....	479
<b>8</b>	<b>AÇÃO PENAL MILITAR.....</b>	<b>481</b>
8.1.	Introdução ao capítulo.....	481
8.2.	Conceito.....	483
8.3.	Natureza jurídica.....	483
8.4.	Princípios.....	487
8.4.1.	Princípio da demanda.....	487
8.4.2.	Princípio da obrigatoriedade.....	487
8.4.3.	Princípio da indisponibilidade.....	488
8.4.4.	Princípios da oficialidade, autoritariedade e oficiosidade.....	489
8.4.5.	Princípio da intranscendência.....	489
8.4.6.	Princípio da indivisibilidade.....	489
8.4.7.	Princípio da inadmissibilidade da dupla persecução criminal.....	490
8.5.	Condições da ação penal militar condenatória.....	490
8.5.1.	Condições genéricas.....	490
8.5.2.	Condições específicas.....	499
8.6.	Pressupostos processuais.....	500
8.7.	Espécies de ação penal militar.....	501
8.7.1.	Ação penal militar de iniciativa pública incondicionada (ou absoluta).....	502
8.7.2.	Ação penal militar de iniciativa pública condicionada à requisição... 8.7.2.1. Requisição do Ministro da Defesa e do Ministro da Justiça.....	502 503
8.7.3.	Ação penal militar de iniciativa privada subsidiária da pública..... 8.7.3.1. Queixa-crime.....	504 507
8.7.4.	Ação penal militar nos crimes militares extravagantes.....	507
8.8.	Peça inaugural do processo penal militar: a denúncia.....	511
8.8.1.	Denúncia e seus requisitos.....	511
8.8.2.	Prazo para oferecimento da denúncia.....	520

8.8.3.	Inaplicabilidade da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, nas Justiças Militares: reflexos práticos que podem ocorrer na ação penal militar.....	521
<b>9</b>	<b>AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....</b>	<b>531</b>
9.1.	Efeitos da condenação no Código Penal Militar.....	531
9.2.	Disposições do Código Civil.....	532
9.3.	Disposições do Código de Processo Civil.....	533
9.4.	Efeitos da sentença criminal absolutória.....	533
9.5.	Legitimados na ação civil <i>ex delicto</i> .....	534
9.6.	Concomitância da ação civil e a ação penal.....	534
9.7.	Prazo para a ação civil.....	535
9.8.	Juízo competente para a ação civil <i>ex delicto</i> .....	535
<b>10</b>	<b>SUJEITOS, PARTES E TERCEIROS NA RELAÇÃO PROCESSUAL .....</b>	<b>537</b>
10.1.	Introdução ao capítulo.....	537
10.2.	Juiz de Direito do Juízo Militar ou Juiz Federal da Justiça Militar.....	538
10.2.1.	Provimento do cargo.....	539
10.2.1.1.	Justiças Militares Estaduais.....	539
10.2.1.2.	Justiça Militar da União.....	543
10.2.2.	Poderes dos magistrados das Justiças Militares.....	546
10.2.3.	Impedimentos e suspeições.....	547
10.2.4.	Garantias.....	555
10.2.5.	Vedações.....	556
10.3.	Juízes militares (primeira instância).....	556
10.3.1.	Investidura na função.....	557
10.3.2.	Impedimentos e suspeições.....	561
10.3.3.	Garantias.....	562
10.3.4.	Vedações.....	562
10.4.	Ministério Público.....	563
10.4.1.	Provimento do cargo.....	565
10.4.2.	Impedimentos e suspeições.....	566
10.4.3.	Garantias.....	571
10.4.4.	Vedações.....	572
10.5.	Assistente da acusação.....	572
10.6.	Acusado.....	578
10.7.	Defensor.....	579
10.7.1.	Defensor substituto (defensor público ou dativo).....	581
10.7.2.	Direitos e deveres.....	582
10.7.3.	Incompatibilidades e impedimentos.....	582
10.8.	Curador.....	583
10.9.	Funcionários da justiça.....	583
10.10.	Peritos, tradutores e intérpretes.....	584

<b>11</b>	<b>COMPETÊNCIA PENAL MILITAR .....</b>	<b>587</b>
11.1.	Jurisdição e competência.....	587
11.2.	Bem jurídico-penal militar, jurisdição especial e definição da jurisdição competente .....	591
11.3.	Foro militar.....	596
11.4.	Justiça Militar da União e Justiças Militares Estaduais (ou do Distrito Federal).....	602
11.4.1.	Justiça Militar da União.....	602
11.4.2.	Justiças Militares Estaduais (ou do Distrito Federal) .....	607
11.4.2.1.	Crime militar doloso contra a vida de civil.....	607
11.4.2.2.	Exercício da jurisdição penal militar por órgão monocrático (singular).....	610
11.4.2.3.	Conselhos de Justiça em âmbito das Justiças Militares dos Estados e do Distrito Federal.....	618
11.4.2.4.	O crime militar em âmbito estadual praticado por civil.....	619
11.4.2.5.	Crime militar praticado por militar do Estado em outra Unidade Federativa.....	622
11.4.3.	A “Reforma do Poder Judiciário”: o evidente <i>discrímen</i> inconstitucional da Emenda Constitucional n. 45, de 30 de dezembro de 2004.....	623
11.4.3.1.	Enfoque político .....	624
11.4.3.1.1.	Que é “política”.....	624
11.4.3.1.2.	Da falta de critério político na alteração trazida pela Emenda Constitucional n. 45/2004.....	625
11.4.3.2.	Enfoque jurídico-constitucional.....	626
11.4.3.2.1.	Escabinato: um direito individual do jurisdicionado das Justiças Militares (?) .....	626
11.4.3.3.	Enfoque pragmático-jurídico.....	636
11.5.	Crítérios de definição da competência penal militar.....	638
11.5.1.	Espécies de competência criminal.....	638
11.5.1.1.	Competência material.....	639
11.5.1.1.1.	Crítério <i>ratione materiae</i> .....	639
11.5.1.1.2.	Crítério <i>ratione personae</i> .....	641
11.5.1.1.3.	Crítério <i>ratione loci</i> .....	643
11.5.1.2.	Competência funcional .....	646
11.5.1.2.1.	Competência funcional de acordo com a fase do processo.....	647
11.5.1.2.2.	Competência funcional de acordo com o objeto do juízo.....	647
11.5.1.2.3.	Competência funcional de acordo com o grau de jurisdição.....	647
11.5.2.	Regras de competência previstas no Código de Processo Penal Militar.....	648
11.5.2.1.	Competência pelo lugar da residência ou domicílio do acusado.....	649

11.5.2.2.	Competência pela prevenção.....	649
11.5.2.3.	Competência pela sede do lugar de serviço.....	650
11.5.2.4.	Competência por distribuição.....	651
11.5.3.	Competência absoluta e competência relativa.....	651
11.5.4.	Prorrogação da competência.....	652
11.5.4.1.	Conexão ou continência.....	653
11.5.4.1.1.	Conexão.....	653
11.5.4.1.1.1.	Quadro-resumo das espécies de conexão:.....	655
11.5.4.1.2.	Continência.....	656
11.5.4.1.3.	Regras para a definição de competência nos casos de conexão ou continência.....	657
11.5.4.2.	Desaforamento.....	663
11.5.4.3.	Conflito de competência.....	665
<b>12</b>	<b>QUESTÕES PREJUDICIAIS.....</b>	<b>671</b>
12.1.	Conceito de prejudicialidade.....	671
12.2.	Questão prejudicial e questão preliminar.....	671
12.3.	Questão prejudicial homogênea e heterogênea.....	672
12.4.	Questão prejudicial devolutiva e não devolutiva.....	672
12.5.	Consequências penais militares das questões prejudiciais: suspensão da prescrição da pretensão punitiva.....	675
12.6.	Quadro-resumo das questões prejudiciais.....	678
<b>13</b>	<b>INCIDENTES PROCESSUAIS.....</b>	<b>679</b>
13.1.	Introdução ao capítulo.....	679
13.2.	Exceções em geral.....	680
13.2.1.	Exceção de suspeição ( <i>exceptio suspicionis</i> ) e exceção de impedimento.....	681
13.2.2.	Exceção de incompetência ( <i>exceptio incompetentiae</i> ).....	684
13.2.3.	Exceção de litispêndência ( <i>exceptio litispēndentiae</i> ).....	689
13.2.4.	Exceção de coisa julgada ( <i>exceptio rei judicatae</i> ).....	690
13.3.	Incidente de insanidade mental do acusado.....	692
13.4.	Incidente de falsidade de documento.....	698
13.5.	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas na Justiça Militar.....	699
<b>14</b>	<b>MEDIDAS PREVENTIVAS E ASSECURATÓRIAS.....</b>	<b>707</b>
14.1.	Introdução ao capítulo.....	707
14.2.	Providências que recaem sobre coisas ou pessoas.....	710
14.2.1.	Buscas.....	710
14.2.1.1.	Domiciliar.....	710
14.2.1.2.	Pessoal.....	730
14.2.1.3.	Aprensão.....	732

14.2.1.4.	Restituição.....	735
14.3.	Providências que recaem sobre coisas.....	739
14.3.1.	Sequestro.....	739
14.3.2.	Hipoteca legal .....	743
14.3.3.	Arresto.....	745
14.4.	Providências que recaem sobre pessoas .....	747
14.4.1.	Disposições gerais sobre a prisão provisória.....	747
14.4.2.	Prisão em flagrante delito (do desertor e do insubmisso).....	754
14.4.3.	Prisão preventiva .....	754
14.4.3.1.	Pressupostos ou requisitos positivos para a decretação da prisão preventiva ( <i>fumus commissi delicti</i> ).....	757
14.4.3.2.	Fundamentos para a decretação da prisão preventiva ( <i>periculum libertatis</i> ).....	759
14.4.3.2.1.	Garantia da ordem pública e periculosidade do autor do fato (art. 255, <i>a e c</i> , do CPPM).....	759
14.4.3.2.2.	Conveniência da instrução criminal (art. 255, <i>b</i> , do CPPM).....	761
14.4.3.2.3.	Assegurar a aplicação da lei penal militar (art. 255, <i>d</i> , do CPPM).....	762
14.4.3.2.4.	Exigência da manutenção de normas e princípios de hierarquia e disciplina militares (art. 255, <i>e</i> , do CPPM) .....	762
14.4.3.2.5.	Fundamentações especiais do Código de Processo Penal comum e sua aplicação ao processo penal militar .....	767
14.4.3.2.6.	Disposições referentes à liberdade provisória e vedações da lei processual penal militar e comum: requisitos negativos .....	774
14.4.3.3.	Quadro-resumo da prisão preventiva no Direito Processual Penal Militar .....	778
14.4.3.4.	Normas complementares.....	779
14.4.3.5.	Prisão preventiva no curso do inquérito policial militar ..	780
14.4.4.	Comparecimento espontâneo .....	782
14.4.5.	Menagem .....	783
14.4.5.1.	Conceito.....	783
14.4.5.2.	Requisitos para a concessão.....	783
14.4.5.3.	Local de cumprimento .....	784
14.4.5.4.	Manifestação obrigatória do Ministério Público.....	785
14.4.5.5.	Cassação da menagem .....	785
14.4.5.6.	Menagem do insubmisso.....	785
14.4.5.7.	Cessação da menagem.....	786
14.4.5.8.	Caso de detração na pena.....	786
14.4.6.	Liberdade provisória.....	786

14.4.7.	Aplicação provisória de medida de segurança.....	788
14.5.	Medidas preventivas e assecuratórias extravagantes ao CPPM.....	796
14.5.1.	Lei Maria da Penha.....	796
14.5.2.	Interceptação das comunicações telefônicas e interceptação ambiental.....	796
14.5.3.	Turbação do sigilo das operações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais.....	802
14.5.4.	Possibilidade da nova Lei Antidrogas (Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006).....	805
<b>15</b>	<b>CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO .....</b>	<b>809</b>
15.1.	Introdução ao capítulo.....	809
15.2.	Contagem de prazos no processo penal militar.....	809
15.3.	Citação.....	812
15.3.1.	Conceito.....	812
15.3.2.	Formas.....	813
15.3.2.1.	Citação por mandado.....	814
15.3.2.2.	Citação por carta precatória.....	815
15.3.2.3.	Citação por carta citatória.....	816
15.3.2.4.	Citação mediante requisição ou licença de diretor ou chefe.....	818
15.3.2.5.	Citação pelo correio.....	819
15.3.2.6.	Citação por edital.....	820
15.3.3.	Revelia e a impossibilidade de aplicação do art. 366 do CPP ao processo penal militar.....	822
15.4.	Intimações e notificações.....	826
15.5.	Disposições especiais.....	827
<b>16</b>	<b>ATOS PROBATÓRIOS.....</b>	<b>829</b>
16.1.	Introdução ao capítulo: provas, o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório.....	829
16.2.	Linguagem utilizada na produção da prova.....	831
16.3.	Forma utilizada na produção da prova oral.....	831
16.4.	Provas vedadas no processo penal militar.....	832
16.4.1.	Provas atentatórias à moral, saúde ou segurança individual ou coletiva, ou contra a hierarquia ou a disciplina militares.....	832
16.4.2.	Provas obtidas por meio ilícito.....	834
16.5.	Ônus da prova.....	838
16.6.	Sistemas de valoração de prova.....	839
16.7.	Observância no inquérito policial militar.....	840
16.8.	Atos probatórios em espécie.....	841
16.8.1.	Qualificação e interrogatório do acusado.....	841
16.8.2.	Confissão.....	849

16.8.3.	Oitiva do ofendido.....	852
16.8.4.	Perícias e exames.....	853
16.8.5.	Testemunhas.....	861
16.8.6.	Acareação.....	869
16.8.7.	Reconhecimento de pessoa e de coisa.....	870
16.8.8.	Documentos.....	871
16.8.9.	Indícios.....	872

## **17 PROCESSOS EM ESPÉCIE..... 877**

17.1.	Processo ordinário.....	877
17.1.1.	Prioridade de instrução. Polícia e ordem das sessões. Disposições gerais.....	878
17.1.2.	Início do processo ordinário.....	884
17.1.3.	Instalação do Conselho de Justiça.....	886
17.1.4.	Exceções que podem ser opostas. Comparecimento do ofendido....	890
17.1.5.	Inquirição de testemunhas, reconhecimento de pessoa ou coisa e diligências em geral.....	890
17.1.6.	Qualificação e interrogatório do acusado.....	895
17.1.7.	Revelia.....	897
17.1.8.	Sessão de julgamento e sentença.....	898
17.1.9.	Quadro-resumo do processo ordinário.....	915
17.2.	Processos especiais.....	917
17.2.1.	Deserção.....	917
17.2.1.1.	Introdução.....	917
17.2.1.2.	Disposições gerais.....	920
17.2.1.3.	Deserção de oficial.....	922
17.2.1.4.	Deserção de praça, com ou sem graduação, e praça especial.....	931
17.2.1.5.	Quadro-resumo do processo relativo ao crime de deserção.....	940
17.2.2.	Insubmissão.....	941
17.2.2.1.	Quadro-resumo do processo relativo ao crime de insubmissão.....	945
17.2.3.	Restauração de autos.....	946
17.2.4.	Processo de competência originária do Superior Tribunal Militar.....	951

## **18 NULIDADES..... 957**

18.1.	Introdução ao capítulo.....	958
18.2.	Irregularidade, nulidade e inexistência dos atos processuais.....	959
18.3.	Vetores de interpretação das nulidades (princípios aplicáveis).....	964
18.3.1.	Inexistência de nulidade sem prejuízo ou <i>pas de nullité sans grief</i> (princípio da instrumentalidade das formas).....	964



18.3.2.	Inexistência de nulidade de ato irrelevante para a justa composição da lide (princípio da instrumentalidade das formas).....	966
18.3.3.	Inexistência de nulidade quando provocada pela parte que a alega ou quando apenas aproveitar à parte oposta (princípio do interesse)....	966
18.3.4.	Nulidade por derivação (princípio da causalidade ou consequencialidade).....	967
18.3.5.	Possibilidade de convalidação (princípio da convalidação ou da conservação).....	968
18.3.5.1.	Preclusão.....	968
18.3.5.2.	Ratificação de atos não decisórios de juiz incompetente....	970
18.3.5.3.	Prolação da sentença .....	972
18.3.5.4.	Trânsito em julgado da sentença.....	973
18.3.5.5.	Casos de convalidação específica.....	973
18.4.	Nulidades em espécie.....	974
18.4.1.	Nulidades absolutas.....	974
18.4.1.1.	Incompetência do órgão jurisdicional <i>ratione materiae</i> , <i>ratione personae</i> e funcional .....	974
18.4.1.2.	Impedimento e suspeição do juiz.....	975
18.4.1.3.	Suborno do juiz.....	977
18.4.1.4.	Ilegitimidade <i>ad causam</i> .....	978
18.4.1.5.	Ausência (preterição) de denúncia.....	978
18.4.1.6.	Ausência de exame de corpo de delito, direto ou indireto, nos crimes que deixem vestígios.....	981
18.4.1.7.	A ausência ou inobservância de formalidades da citação do acusado para ver-se processar, implicando a ausência de defesa.....	983
18.4.1.8.	Preterição dos prazos concedidos à acusação ou à defesa....	984
18.4.1.9.	Preterição da nomeação de defensor ao réu presente que não o tiver .....	985
18.4.1.10.	Preterição da forma do sorteio dos juízes militares e seu compromisso .....	986
18.4.1.11.	Preterição da acusação e da defesa, em desacordo com o CPPM .....	987
18.4.1.12.	Preterição da notificação do réu ou seu defensor para a sessão de julgamento .....	988
18.4.1.13.	Preterição da intimação das partes para a ciência da sentença ou decisão de que caiba recurso.....	990
18.4.1.14.	Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do processo .....	990
18.4.2.	Nulidades relativas.....	992
18.4.2.1.	Incompetência territorial do órgão jurisdicional.....	992
18.4.2.2.	Ilegitimidade <i>ad processum</i> .....	992
18.4.2.3.	A ausência ou inobservância de formalidades do interrogatório, quando presente o acusado.....	993

18.4.2.4.	Deficiência na defesa do réu ou preterição de nomeação de curador ao réu ausente e ao menor de 18 anos.....	994
18.4.2.5.	Ausência da intimação das testemunhas arroladas na denúncia .....	997
18.4.2.6.	Falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação penal militar .....	998
18.5.	Momento da arguição das nulidades (relativas).....	1000
<b>19</b>	<b>RECURSOS .....</b>	<b>1001</b>
19.1.	Teoria geral.....	1002
19.1.1.	Conceito .....	1002
19.1.2.	Fundamento e natureza jurídica .....	1003
19.1.3.	Classificação .....	1006
19.1.4.	Princípios dos recursos.....	1008
19.1.4.1.	Princípio da taxatividade .....	1008
19.1.4.2.	Princípio da devolutividade ( <i>tantum devolutum quantum appellatum</i> ).....	1009
19.1.4.3.	Princípio da unirecorribilidade das decisões .....	1010
19.1.4.4.	Princípio da fungibilidade dos recursos.....	1010
19.1.4.5.	Princípio da complementaridade .....	1013
19.1.4.6.	Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias .....	1015
19.1.4.7.	Princípio da dialeticidade.....	1015
19.1.4.8.	Princípio da personalidade dos recursos .....	1016
19.1.4.9.	Princípio da disponibilidade dos recursos.....	1016
19.1.4.10.	Princípio <i>non reformatio in pejus</i> .....	1018
19.1.5.	Pressupostos recursais.....	1022
19.1.5.1.	Pressupostos objetivos.....	1023
19.1.5.1.1.	Cabimento (ou previsão legal) .....	1023
19.1.5.1.2.	Adequação.....	1024
19.1.5.1.3.	Tempestividade .....	1024
19.1.5.1.4.	Regularidade (observância das formalidades legais) .....	1028
19.1.5.1.5.	Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos .....	1030
19.1.5.2.	Pressupostos subjetivos.....	1032
19.1.5.2.1.	Interesse jurídico .....	1032
19.1.5.2.2.	Legitimidade.....	1033
19.1.6.	Efeitos da interposição dos recursos.....	1034
19.1.6.1.	Devolutivo.....	1035
19.1.6.2.	Suspensivo.....	1035
19.1.6.3.	Extensivo .....	1035
19.1.6.4.	Regressivo (iterativo ou diferido) .....	1035

	19.1.6.5.	Traslativo .....	1036
19.2.		Recursos em espécie .....	1037
	19.2.1.	Recurso em sentido estrito .....	1037
	19.2.1.1.	Introdução .....	1037
	19.2.1.2.	Confronto com a Lei de Execução Penal .....	1040
	19.2.1.3.	Hipóteses de cabimento .....	1043
	19.2.1.3.1.	Reconhecimento da inexistência de crime militar, em tese (alínea <i>a</i> do art. 516 do CPPM).....	1043
	19.2.1.3.2.	Indeferimento do pedido de arquivamento, ou da devolução do inquérito à autoridade administrativa (alínea <i>b</i> do art. 516 do CPPM).....	1047
	19.2.1.3.3.	Absolvição do réu no caso do art. 48 do Código Penal Militar (alínea <i>c</i> do art. 516 do CPPM).....	1049
	19.2.1.3.4.	Não recebimento da denúncia no todo ou em parte, ou de seu aditamento (alínea <i>d</i> do art. 516 do CPPM).....	1052
	19.2.1.3.5.	Conclusão pela incompetência da Justiça Militar, do juiz federal da justiça militar ou do Conselho de Justiça (alínea <i>e</i> do art. 516 do CPPM).....	1055
	19.2.1.3.6.	Julgamento de procedência da exceção, salvo a de suspeição (alínea <i>f</i> do art. 516 do CPPM).....	1056
	19.2.1.3.7.	Julgamento de improcedência do corpo de delito ou outros exames (alínea <i>g</i> do art. 516 do CPPM).....	1057
	19.2.1.3.8.	Decretação, ou não, da prisão preventiva, ou sua revogação (alínea <i>h</i> do art. 516 do CPPM).....	1060
	19.2.1.3.9.	Concessão ou negação da menagem (alínea <i>i</i> do art. 516 do CPPM).....	1061
	19.2.1.3.10.	Decretação da prescrição, ou julgamento, por outro modo, da extinção da punibilidade (alínea <i>j</i> do art. 516 do CPPM).....	1062
	19.2.1.3.11.	Indeferimento do pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade (alínea <i>l</i> do art. 516 do CPPM).....	1067
	19.2.1.3.12.	Concessão, negação ou revogação do livramento condicional ou da suspensão condicional da pena (alínea <i>m</i> do art. 516 do CPPM).....	1068

19.2.1.3.13.	Anulação, no todo ou em parte, do processo da instrução criminal (alínea <i>n</i> do art. 516 do CPPM).....	1073
19.2.1.3.14.	Decisão sobre a unificação das penas (alínea <i>o</i> do art. 516 do CPPM).....	1074
19.2.1.3.15.	Decretação, ou não, da medida de segurança (alínea <i>p</i> do art. 516 do CPPM).....	1076
19.2.1.3.16.	Não recebimento da apelação ou recurso (alínea <i>q</i> do art. 516 do CPPM).....	1078
19.2.1.4.	Prazo para interposição.....	1080
19.2.1.5.	Procedimento.....	1081
19.2.1.6.	Efeitos.....	1082
19.2.2.	Apelação.....	1082
19.2.2.1.	Dever de recolher-se à prisão para apelar e sobrestamento da apelação por fuga.....	1084
19.2.2.2.	Prazo para interposição.....	1087
19.2.2.3.	Procedimento.....	1087
19.2.2.4.	Efeitos.....	1088
19.2.3.	Embargos infringentes, de nulidade e de declaração.....	1090
19.2.3.1.	Prazo para interposição.....	1092
19.2.3.2.	Procedimento.....	1092
19.2.3.3.	Efeitos.....	1093
19.2.4.	Recurso inominado.....	1094
19.2.5.	Correição parcial.....	1095
19.2.6.	Recurso Ordinário Constitucional em <i>Habeas Corpus</i> .....	1103
19.2.6.1.	Cabimento.....	1103
19.2.6.2.	Legitimidade.....	1107
19.2.6.3.	Prazo.....	1107
19.2.6.4.	Procedimento.....	1108
19.2.7.	Recurso Ordinário Constitucional em Mandado de Segurança.....	1109
19.2.7.1.	Cabimento.....	1110
19.2.7.2.	Legitimidade.....	1112
19.2.7.3.	Prazo.....	1113
19.2.7.4.	Procedimento.....	1113
19.2.8.	Recurso Especial e Recurso Extraordinário.....	1114
19.2.8.1.	Cabimento.....	1118
19.2.8.2.	Legitimidade.....	1123
19.2.8.3.	Prazo.....	1126
19.2.8.4.	Procedimento.....	1126
19.2.8.4.1.	Interposição e contrarrazões.....	1126
19.2.8.4.2.	Julgamento dos recursos extraordinários (em sentido amplo) repetitivos.....	1127

	19.2.8.4.3.	Possibilidades iniciais do presidente ou do vice-presidente do tribunal <i>a quo</i> .....	1130
	19.2.8.4.4.	Julgamento dos recursos extraordinário e especial .....	1134
	19.2.8.5.	Efeitos .....	1136
19.2.9.		Agravo em execução.....	1138
	19.2.9.1.	Cabimento .....	1139
	19.2.9.2.	Legitimidade .....	1140
	19.2.9.3.	Competência .....	1140
	19.2.9.4.	Prazo .....	1140
	19.2.9.5.	Procedimento .....	1140
	19.2.9.6.	Efeitos .....	1141
19.3.		Ações Autônomas de Impugnação.....	1142
	19.3.1.	Revisão criminal.....	1142
	19.3.2.	<i>Habeas Corpus</i> .....	1147
	19.3.2.1.	Introdução e evolução histórica .....	1147
	19.3.2.2.	Natureza jurídica .....	1150
	19.3.2.3.	Objeto (hipóteses de impetração) .....	1151
	19.3.2.4.	Impetrante, Impetrado e paciente .....	1156
	19.3.2.5.	Espécies .....	1161
	19.3.2.6.	Competência para julgamento .....	1163
	19.3.2.7.	Procedimento .....	1167
	19.3.2.8.	Recurso das decisões .....	1170
	19.3.3.	Mandado de Segurança Individual.....	1172
	19.3.3.1.	Introdução .....	1172
	19.3.3.2.	Natureza jurídica .....	1173
	19.3.3.3.	Objeto (hipóteses de impetração) .....	1173
	19.3.3.4.	Legitimidade .....	1176
	19.3.3.5.	Competência para julgamento .....	1179
	19.3.2.6.	Procedimento .....	1180
	19.3.2.7.	Recurso das decisões .....	1182
	19.3.4.	<i>Habeas Data</i> na Justiça Militar?.....	1183
<b>20</b>		<b>JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA.....</b>	<b>1187</b>
	20.1.	Introdução e estabelecimento de premissas.....	1187
	20.2.	Crime militar em tempo de guerra.....	1190
	20.3.	Organização da Justiça Militar em tempo de guerra .....	1194
	20.4.	Do processo (procedimento) penal militar em tempo de guerra.....	1200
	20.4.1.	Quadro-resumo do processo penal militar em tempo de guerra.....	1208
	20.5.	Dos recursos.....	1211
	20.6.	Da execução da pena de morte .....	1214
		<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>1219</b>